

CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE CRÉDITOS DE CARBONO

DE UM LADO,

CPFL COMERCIALIZACAO BRASIL S.A., pessoa jurídica de Direito Privado, com sede em Rua Jorge De Figueiredo Correa, nº 1.632, Bairro Jardim Professora Tarcília, Município de Campinas/SP – CEP nº 13.087-397, inscrita no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ Vendedora], representada na forma de seu contrato social (“**VENDEDORA**”); e,

DE OUTRO,

ASCENTY DATA CENTERS E TELECOMUNICACOES S/A, pessoa jurídica de Direito Privada, com sede em Avenida João Batista Nunes, nº 50, Distrito Industrial Benedito Storani, Município de Vinhedo/SP, CEP nº 13.288-162, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **13.743.550/0001-42**, representada na forma de seu contrato social (“**COMPRADORA**”).

CONSIDERANDO QUE:

- a. a VENDEDORA é proprietária da marca “CPFL SOLUÇÕES” e seus respectivos sinais distintivos visualmente perceptíveis;
- b. a VENDEDORA firmou contrato com a titular dos Projetos, o qual torna a VENDEDORA devidamente habilitada para transacionar os Créditos de Carbono;
- c. o PROJETO foi validado de acordo com as regras e metodologias aprovadas e aplicáveis ao Standard.;
- d. o PROJETO está em fase de monitoramento e verificação do período entre **01/01/2014** e **31/12/2014**, de forma a encerrar o seu período de monitoramento creditício em **31/12/2019**, com expectativa de gerar **688.226** de Reduções Certificadas de Emissão (“RCE”) até **31/12/2019**.
- e. a COMPRADORA tem interesse em adquirir **5.600** Créditos de Carbono gerados pelo PROJETO a partir de **2013**.

RESOLVEM a VENDEDORA e COMPRADORA, conjuntamente designadas “PARTES”, celebrar o presente CONTRATO, nos termos e condições abaixo especificados.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÕES

- 1.1. Para efeito deste CONTRATO, os termos e expressões abaixo terão os seguintes significados:

- a) “CRÉDITO DE CARBONO”: Ativo financeiro, ambiental, transferível e representativo de redução ou remoção de uma tonelada de dióxido de carbono equivalente, que tenha sido reconhecido e emitido como crédito no mercado voluntário ou regulado;
- b) “APOSENTADORIA”: transferência imutável do crédito de carbono para fins de compensação de emissões de gases de efeito estufa;
- c) “VALOR GLOBAL”: valor total do CONTRATO, devido pela COMPRADORA à VENDEDORA.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. O presente CONTRATO tem por objeto a aquisição pela COMPRADORA de Créditos de Carbono que foram gerados pelo PROJETO, conforme disposto no Anexo I, e o estabelecimento das condições e prazos para sua aposentadoria, pela VENDEDORA à COMPRADORA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O presente CONTRATO vigorará da data de sua assinatura até a efetiva aposentadoria dos Créditos contratados pela COMPRADORA, momento em que cessam todas as obrigações da VENDEDORA, observado o disposto na Cláusula 9.1.

CLÁUSULA QUARTA – O PREÇO

4.1. O preço contratual de cada Crédito está estabelecido no Anexo I.

4.1.1. Caso aplicável, o preço contratual poderá ser convertido para Reais mediante a aplicação da cotação PTAX do Banco Central do Brasil na data da assinatura deste CONTRATO.

CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. A VENDEDORA emitirá e enviará à COMPRADORA a nota de débito referente à aquisição dos créditos objeto deste CONTRATO no prazo disposto no Anexo I, contados a partir da data da assinatura do presente CONTRATO.

5.2. A nota de débito será emitida pelo CNPJ contemplado no Anexo I.

5.3. A COMPRADORA efetuará o pagamento da nota de débito emitida pela VENDEDORA no prazo disposto no Anexo I.

CLÁUSULA SEXTA – DA MORA

6.1. Fica caracterizada a mora quando a Compradora deixar de efetuar parcial ou integralmente qualquer dos pagamentos na data de seu vencimento.

6.2. No caso de atraso no pagamento pela Compradora de qualquer Nota Fiscal ou Fatura emitida com base no presente Contrato, sobre as importâncias devidas serão cobrados os seguintes encargos:

- a) multa de 2 % (dois por cento) aplicada sobre o montante do débito;
- b) juros de mora calculados sobre o montante da fatura, que serão equivalentes a 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die*, pelo período compreendido entre a data de vencimento e a do efetivo pagamento, inclusive; e,
- c) atualização monetária *pro rata die* pela variação do indexador estabelecido no Anexo I, se positivo, ou de outro índice que vier a substituí-lo em caso de sua extinção, ou de índice que vier a ser acordado pelas Partes, sobre o valor principal acrescido da multa e dos juros, definidos nas alíneas “a” e “b” acima.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ENTREGA DOS CRÉDITOS

7.1. A VENDEDORA deverá realizar a ordem de aposentadoria dos Créditos de sua conta no registro do Standard, para a conta da COMPRADORA, conforme prazo disposto no Anexo I, após a confirmação do pagamento pela COMPRADORA nos termos da Cláusula 7.1. do presente CONTRATO.

7.1.1. A COMPRADORA deverá garantir que a sua conta no registro do Standard encontra-se apta a receber os Créditos objeto do presente CONTRATO.

7.1.2. Caso a VENDEDORA identifique qualquer impedimento, ou qualquer fator que prejudique a imediata aposentadoria dos créditos, deverá comunicar tal fato à COMPRADORA, no prazo de até 03 (três) dias corridos contados da verificação do fator impeditivo.

7.1.2.1. Caso verificada a situação descrita na Cláusula 7.1.2., o prazo previsto na Cláusula 7.1 será automaticamente prorrogado até que a transação seja concluída, sem qualquer penalidade às PARTES.

CLÁUSULA OITAVA – REPARTIÇÃO DE CUSTOS

8.1. Cada PARTE é responsável por seus próprios custos e despesas referentes à negociação, preparação, execução e efetivação do presente CONTRATO.

8.1.1. A VENDEDORA é responsável pelos custos referentes à ordem de aposentadoria dos Créditos de sua conta no registro do Standard para a conta da COMPRADORA em seu respectivo registro, nos termos deste CONTRATO.

8.1.2. A VENDEDORA é responsável pelos custos de verificação do PROJETO.

8.1.3. A VENDEDORA é responsável pelos custos de monitoramento do PROJETO.

8.1.4. A VENDEDORA é responsável pelos custos de emissão do PROJETO.

8.2. Cada PARTE será responsável pelo pagamento dos tributos eventualmente incidentes sobre as operações relacionados aos custos de emissão, bem como à efetiva comercialização dos Créditos objeto deste CONTRATO.

CLÁUSULA NONA – DECLARAÇÕES E GARANTIAS

9.1. A VENDEDORA presta as declarações e garantias previstas nas alíneas “a” a “e” abaixo, na presente data, pelas quais a VENDEDORA será responsável, atestando, sob as penas da lei, as declarações, garantias e acordos aqui contidos:

- a) Titularidade. É a legítima titular, proprietária e possuidora da totalidade dos Créditos objeto deste CONTRATO e que estes se encontram totalmente livres de quaisquer ônus, gravames ou restrições, podendo ser livremente alienadas pela VENDEDORA, não tendo sido aceitas propostas de terceiros, ou celebrados instrumentos jurídicos que tenham como resultado a opção ou compromisso de alienação, sob qualquer forma, de parte ou da totalidade dos Créditos, como também não celebrou qualquer contrato ou assumiu qualquer compromisso com qualquer terceiro para dispor ou ter o direito de dispor de parte ou a totalidade das dos Créditos objeto deste CONTRATO.
- b) Validade do Contrato. A VENDEDORA possui pleno poder e autoridade para celebrar este CONTRATO, bem como para cumprir com suas respectivas obrigações. O presente CONTRATO é válido e eficaz, de modo a constituir direitos e obrigações que o vinculam. A assinatura e o cumprimento deste CONTRATO e os documentos contemplados neste CONTRATO não estão sujeitos a qualquer autorização, aprovação ou consentimentos prévios de qualquer terceiro, inclusive autoridade governamental, por parte da VENDEDORA decorrente de qualquer cláusula ou disposição de qualquer acordo ou contrato do qual a VENDEDORA seja parte ou em razão de lei, processo, ordem judicial ou qualquer outra razão, que não já tenham sido obtidos.
- c) Inexistência de outro contrato de compra. Nenhuma pessoa, que não a COMPRADORA, deve ter celebrado contrato ou ter direito a celebrar um contrato para a aquisição dos Créditos de titularidade da VENDEDORA objeto deste CONTRATO.

- d) Não Descumprimento. O presente CONTRATO: (a) não constitui descumprimento de atos jurídicos anteriormente celebrados, de disposições estatutárias, de ordem judicial, de decisão administrativa ou arbitral; e (b) não viola ou conflita com qualquer disposição normativa ou emanada de órgãos da Administração Pública.
- e) Validação do Projeto. O PROJETO atende a todas as normas, metodologia aplicável e requisitos do Conselho Executivo de cada Standard e foi devidamente validado por uma entidade operacional designada e está registrado na plataforma do Standard;

9.2. A COMPRADORA presta as declarações e garantias previstas nas alíneas “a” a “b” abaixo, na presente data, pelas quais a COMPRADORA será responsável, atestando, sob as penas da lei, as declarações, garantias e acordos aqui contidos:

- a) Validade do Contrato. A COMPRADORA possui pleno poder e autoridade para celebrar este CONTRATO, bem como para cumprir com suas respectivas obrigações. O presente CONTRATO é válido e eficaz, de modo a constituir direitos e obrigações que o vinculam. A assinatura e o cumprimento deste CONTRATO e os documentos contemplados neste CONTRATO não estão sujeitos a qualquer autorização, aprovação ou consentimentos prévios de qualquer terceiro, inclusive autoridade governamental, por parte da COMPRADORA decorrente de qualquer cláusula ou disposição de qualquer acordo ou contrato do qual a COMPRADORA seja parte ou em razão de lei, processo, ordem judicial ou qualquer outra razão, que não já tenham sido obtidos.
- b) Disponibilidade financeira. A COMPRADORA possui os recursos financeiros suficientes e necessários para realizar o pagamento do preço relativo à aquisição dos Créditos objeto deste CONTRATO, bem como para arcar com todos os custos previstos neste, incluindo, mas não se limitando aos custos de manutenção da conta no registro do Standard.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas neste CONTRATO, a VENDEDORA obriga-se a:

- a. não praticar atos que possam gerar o cancelamento ou invalidação dos créditos referentes ao período disposto no Anexo I;
- b. não contabilizar os créditos objeto deste CONTRATO como compensação das emissões de Gases de Efeito Estufa (“GEE”) gerados por suas atividades, ou pelas atividades de suas subsidiárias;
- c. a VENDEDORA, deverá entregar, para a COMPRADORA, os créditos livres de quaisquer ônus, gravames, reivindicações ou qualquer interesse de terceiros.

10.2. Sem prejuízo das demais obrigações previstas neste CONTRATO, a COMPRADORA obriga-se a:

- a. adotar as medidas necessárias à aposentadoria dos créditos adquiridos, observadas as normas e custos aplicáveis;
- b. adotar os melhores esforços para receber os créditos em sua conta de registro do Standard.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – EXTINÇÃO ANTECIPADA

11.1. O CONTRATO poderá ser extinto nas seguintes hipóteses:

11.1.1. Rescindido de pleno direito, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. Inadimplemento, por qualquer uma das PARTES, de qualquer cláusula ou condição do presente CONTRATO, na hipótese de, após notificada pela PARTE prejudicada, a PARTE inadimplente não regularizar a pendência em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação, sem prejuízo de aplicação da multa contratual prevista;
- b. Dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial de quaisquer das PARTES;
- c. Em caso de requerimento de recuperação judicial ou recuperação extrajudicial por quaisquer das Partes, podendo ser opcionalmente declarado extinto de pleno direito pela PARTE prejudicada;
- d. Comprovação de fatos ou circunstâncias que desabonem a idoneidade de quaisquer das PARTES ou comprometam sua capacidade econômica, financeira ou técnica, e, ainda, sua respectiva solvência perante terceiros credores ou perante o mercado.
- e. Qualquer decisão de autoridade competente, que torne o objeto do CONTRATO impossível ou sua continuidade impraticável.
- f. Em decorrência de caso fortuito ou força maior, que impeça a continuidade da execução do CONTRATO, por prazo superior a 90 (noventa) dias, contados a partir da notificação de uma PARTE a outra informando a ocorrência do evento.

11.2. A PARTE que, por sua ação ou omissão, der causa à rescisão do CONTRATO ficará obrigada a pagar à outra PARTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data da efetivação da rescisão, multa não compensatória por término antecipado equivalente a 30% (trinta por cento) do VALOR GLOBAL DO CONTRATO, sem prejuízo sem prejuízo ao direito da PARTE prejudicada de requerer o ressarcimento pelas perdas e danos comprovadamente sofridos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

12.1. Caso quaisquer das PARTES seja comprovadamente impedida de cumprir com qualquer obrigação prevista no CONTRATO, por motivo de caso fortuito ou força maior, deverá comunicar por escrito à outra PARTE, em até 02 (dois) dias úteis, contados da ciência do fato impeditivo, nesta hipótese, a PARTE afetada receberá, mediante comum acordo, extensão de seus prazos de cumprimento.

12.1.1 Caso o cumprimento do CONTRATO seja comprovadamente impossibilitado, impedido ou atrasado, não será constituído como inadimplemento das obrigações contidas no CONTRATO e, portanto, não poderá justificar quaisquer perdas e danos, indenização, multa e/ou outra forma de compensação de uma PARTE à outra.

12.2. Caso o evento se prolongue por um período maior que 90 (noventa) dias corridos, transcorrido o prazo apontado acima, quaisquer das PARTES poderá denunciar o CONTRATO, notificando a outra PARTE com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, sem a incidência de quaisquer penalidades.

12.3. Cessado o evento de caso fortuito ou força maior, a PARTE afetada deverá comunicar à outra PARTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da cessação do evento, mediante notificação por escrito, e retomar imediatamente o cumprimento das suas obrigações nos termos do CONTRATO. Caso o evento tenha comprovadamente impactado nos prazos originalmente pactuados, as PARTES negociarão novos prazos para a conclusão do objeto do CONTRATO.

12.4. Para fins do CONTRATO, em nenhuma circunstância, a ocorrência de quaisquer dos itens abaixo listados configurará um evento de caso fortuito ou força maior:

- i. quaisquer acontecimentos, seja ele de esfera internacional ou nacional que tenham impactos indiretos na execução do CONTRATO.
- ii. Qualquer ação, de qualquer autoridade competente, que quaisquer das PARTES pudesse ter evitado, caso tivesse cumprido com a legislação vigente.
- iii. Insolvência, liquidação, falência ou recuperação judicial ou extrajudicial de quaisquer das PARTES.
- iv. Alterações macroeconômicas, notadamente, flutuação oscilação cambial e/ou inflacionária.
- v. Alterações no valor dos componentes de formação do preço, superiores ao projetado e/ou estimado pela COMPRADORA.
- vi. Quaisquer epidemias ou pandemias declaradas por órgão competente com impacto indireto nas PARTES

12.5 A alegação indevida, por qualquer das PARTES, da ocorrência de qualquer dos eventos mencionados na cláusula 12.2 acima, com vistas ao não cumprimento de uma obrigação nos termos deste Contrato, dará direito à outra PARTE de promover a rescisão deste Contrato, arcando a PARTE que der causa à resolução com as penalidades previstas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - MEIO AMBIENTE

13.1 As PARTES deverão observar rigorosamente todas as exigências legais, federais, estaduais, municipais e afirmam que possuem normas internas próprias de deveres e obrigações direta e indiretamente ligados ao meio ambiente.

13.2. A COMPRADORA reconhece ser a única responsável civil, administrativa, financeira e criminalmente, por qualquer conduta, omissiva ou comissiva, bem como por multas e/ou penalidades que forem aplicadas a ela ou à CPFL, que comprovadamente der causa, inclusive por parte de seus empregados, subordinados ou prepostos, respondendo por eventuais danos diretos causados à CPFL, a terceiros, ou ao meio ambiente,, obrigando-se a manter a CPFL a salvo de quaisquer ônus ou prejuízos daí decorrentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- CONFIDENCIALIDADE

14.1. As PARTES, por si, seus empregados, subordinados e representantes a qualquer título, se obrigam a manter a mais absoluta confidencialidade de todas e quaisquer informações, dados, documentos, metodologias, valores e demais informações ("INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS"), a que vierem a ter conhecimento ou acesso em decorrência do presente CONTRATO, não podendo divulgar ou usar tais informações para fins diversos do previsto no presente instrumento.

14.2. A validade das obrigações previstas nessa cláusula perdura, além da vigência do CONTRATO, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados de sua extinção.

14.3. As INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS poderão ser divulgadas nas seguintes hipóteses: (i) mediante autorização por escrito pela PARTE Divulgadora; (ii) se já estiverem em poder da PARTE Receptora antes da revelação pela PARTE Divulgadora; (iii) em caso de informação de conhecimento público, através de meios que não sejam atos ou omissões da PARTE Receptora; e (iv) em caso de divulgação das informações em virtude de obrigação legal, determinação judicial ou de autoridade pública competente.

14.4. As PARTES concordam que, mediante prévia autorização da COMPRADORA, a confidencialidade disciplinada nas Cláusulas acima não abrange a divulgação pela VENDEDORA ou por outra empresa de seu grupo econômico, da venda dos CRÉDITOS DE CARBONO gerados pelo PROJETO, inclusive para fins publicitários e comerciais, e que tal comunicação poderá ser feita ao mercado em geral, aos acionistas, potenciais novos investidores e potenciais compradores de ações da VENDEDORA ou de outra empresa de seu grupo econômico, instituições financeiras e, entre outros, de outras partes que devam ter conhecimento de dados do PROJETO.

14.5. As PARTES deverão arcar com multa no importe de 20% (vinte por cento) do VALOR GLOBAL do CONTRATO, em caso de descumprimento de quaisquer das obrigações previstas nesta Cláusula, sem prejuízo da PARTE prejudicada requerer ressarcimento pelas perdas e danos diretos sofridos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ANTICORRUPÇÃO

15.1. Conduta Ética: As PARTES declaram possuir um Programa de Integridade efetivo em consonância com os parâmetros constantes no art. 42, do Decreto n.º 8.420/15 e se comprometem a cumprir e divulgar internamente seus princípios, bem como, não apresentar impedimentos éticos, incluindo, mas não se limitando a situações de conflito de interesse e parentesco em relação aos agentes tomadores de decisão envolvidos na contratação, enquanto estiverem atuando na execução do CONTRATO, de maneira que a COMPRADORA se obriga a ler, conhecer e cumprir com as disposições estabelecidas no Código de Conduta Ética para Fornecedores e suas posteriores atualizações.

15.1.1. O Código de Conduta Ética e o Código de Conduta Ética para Fornecedores da CPFL estão disponíveis nos links abaixo:

CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA: <https://www.grupocpfl.com.br/institucional/codigo-de-conduta-etica>

CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA PARA FORNECEDORES: <https://www.grupocpfl.com.br/sites/default/files/2021-12/codigo-conduta-fornecedores.pdf>

15.2. Anticorrupção: Cada uma das PARTES, recíproca e mutuamente, declara estar ciente e conhecer todas as normas relativas à corrupção, integridade e assuntos correlacionados, previstas na legislação brasileira, comprometendo-se a cumpri-las integralmente, por si, por seus acionistas/sócios, administradores, colaboradores e representantes, bem como exigir o seu cumprimento por eventuais terceiros fornecedores por elas contratados.

15.2.1. As PARTES, neste ato, declaram que:

- a. não fazem parte ou estão envolvidas em qualquer tipo de investigação, ação judicial, procedimento administrativo ou decisão condenatória em questões de corrupção;
- b. possuem regras internas de conduta e um código de ética próprio, cujas disposições se obrigam a cumprir fielmente;
- c. não cometeram e não cometerão nenhum ato que viole esta cláusula;
- d. seus respectivos empregados, distribuidores, subcontratados, prepostos ou afins não cometeram e não cometerão qualquer ato que viole esta cláusula; e
- e. irão informar a outra PARTE, de imediato, caso haja qualquer violação, investigação ou denúncia relacionada à Cláusula de Anticorrupção ou as leis relativas à corrupção, integridade e assuntos correlacionados.

15.3. As PARTES, obrigam-se a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste CONTRATO e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições:

- a. não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza à agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;
- b. adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus acionistas/sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados;
- c. informar a outra PARTE, imediatamente, contados da ciência da investigação por órgãos;
- d. públicos, em relação à eventuais casos de prática de atos de corrupção; e
- e. na hipótese de existir condição formal de confidencialidade ou sigilo, uma Parte se compromete a informar a outra, tão logo a referida condição não estiver mais vigente.

15.4. As PARTES expressamente confirmam e asseguram que estão cientes de que (a) rejeitam toda e qualquer prática de corrupção, notadamente as de pagamento, promessa de pagamento em dinheiro ou dar qualquer coisa de valor a um governo oficial, seja brasileiro ou estrangeiro para obter ou manter negócios ou para obter qualquer vantagem inadequada; e que (b) seus funcionários e colaboradores devem exercer suas atividades com diligência, a fim de garantir os controles internos que visam a manutenção dos registros financeiros e contábeis.

15.5. A infração de quaisquer obrigações ou condições previstas nesta cláusula ensejará na extinção deste instrumento pela modalidade de resolução contratual, com efeito imediato, e na aplicação de multa de 20% (vinte por cento) do VALOR GLOBAL do CONTRATO para a PARTE Infratora, sem prejuízo da cobrança de eventuais perdas e danos causados à PARTE Inocente, decorrentes de quaisquer atos ou omissões.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

16.1. As PARTES declaram, por meio deste instrumento, que na execução do objeto do presente contrato, na hipótese de haver operação de tratamento de dados pessoais, observarão toda a legislação aplicável sobre privacidade, proteção de dados e sigilo, incluindo, mas não se limitando à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados” ou “LGPD”), sem exclusão das demais normas setoriais ou gerais que versam sobre o tema.

16.1.1. As PARTES declaram ainda que possuem normas internas de Proteção e Dados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - COMUNICAÇÕES

17.1. Todas as notificações, intimações ou comunicações inerentes ao CONTRATO, somente produzirão efeito vinculante se forem realizadas por escrito e enviadas aos contatos expressos no Anexo III deste instrumento.

17.1.1 As PARTES expressamente acordam que a comunicação efetuada por correio eletrônico será considerada válida e aceitável como um documento escrito e assinado. Um código de identificação (UserID

ou ID de usuário) contido em um documento eletrônico será considerado suficiente para verificar a identidade da remetente.

17.1.2. As comunicações serão consideradas entregues quando ocorrer o primeiro evento entre: (i) o dia do recebimento, se entregue pessoal ou eletronicamente; (ii) o dia em que a assinatura de aceitação, quando cabível, é obtida; (iii) a data de entrega evidenciada pelo retorno do protocolo de recebimento de correio ou correio eletrônico; ou (iv) 1 (um) dia útil após ser entregue a um courier expresso, com um sistema confiável de rastreamento de entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Este CONTRATO será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

18.2. Uma PARTE deverá indenizar a outra PARTE e/ou terceiros pelos danos diretos eventualmente causados em razão da execução do CONTRATO, limitados a 100% (cem por cento) do seu VALOR GLOBAL, excluindo-se quaisquer danos indiretos e lucros cessantes.

18.2.1. A limitação da responsabilidade estabelecida no caput desta Cláusula, não se aplica a CONTRATADA nos seguintes casos:

1. Penalidades e perdas e danos apurados decorrentes de ato ilícito penal;
2. Culpa grave ou dolo de qualquer das PARTES, seus empregados, subcontratados, representantes ou quaisquer profissionais a ela ligados;
3. Violação de Propriedade Intelectual;
4. Violação à legislação trabalhista, previdenciária e/ou tributária;
5. Quebra de confidencialidade e da proteção de dados pessoais;
6. Acidentes que resultem em lesão corporal ou morte de quaisquer dos empregados, subcontratados, prepostos ou profissionais;
7. Descumprimento das Cláusulas Anticorrupção, Responsabilidade Social e Meio Ambiente, inclusive danos à imagem da Parte Inocente.

18.3 A opção de uma das PARTES em não exercer qualquer direito que lhe seja garantido em razão do CONTRATO, não funcionará como renúncia ou alteração dos direitos desta PARTE em exercê-los futuramente, nem importará em novação ou alteração contratual.

18.4 Na hipótese de qualquer disposição do CONTRATO ser declarada nula ou ilegal, em conformidade com a legislação em vigor, a cláusula em questão não invalidará a eficácia e exequibilidade das demais disposições aqui contidas, nos termos do artigo 184 do Código Civil.

18.5 Nenhuma disposição do CONTRATO poderá ser interpretada como tendo as PARTES estabelecido qualquer forma de sociedade, "joint venture" e/ou associação, de fato ou de direito, remanescendo cada uma com suas obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributárias, de forma autônoma.

18.6 Quaisquer termos do CONTRATO que, por sua natureza, se estendam além de sua extinção, permanecerão em vigor até que sejam integralmente cumpridos, inclusive Informações Confidenciais, foro, indenização, encargos, créditos e pagamentos, sobrevivência e garantia, obrigações fiscais e trabalhistas, se houver.

18.7 As PARTES garantem que o CONTRATO não viola quaisquer obrigações assumidas perante terceiros.

18.8 Cada uma das PARTES declara, garante e concorda, reciprocamente, que a celebração, outorga e execução do CONTRATO foi devidamente autorizada pelos seus legítimos representantes legais, na forma dos seus respectivos documentos societários, restando claro que o CONTRATO constitui obrigação legal, válida e vinculante entre as PARTES.

18.9 O presente CONTRATO constitui o inteiro teor e único contrato entre as PARTES referente a compra e venda de créditos adquiridos e prevalece acima de qualquer contrato anterior (escrito ou verbal) entre as PARTES em relação à matéria objeto de qualquer documento e está sujeito a quaisquer termos implicados por lei.

18.10 Qualquer alteração ao CONTRATO, será realizada por meio de Termo Aditivo devendo este estar devidamente assinado pelas PARTES

18.11 Fica vedado a quaisquer uma das PARTES ceder ou transferir o CONTRATO, sem o prévio e expresso consentimento da outra PARTE. Não obstante, fica desde já acordado que as obrigações e direitos da VENDEDORA poderão ser transferidos para empresas do seu grupo econômico.

18.12 As PARTES, neste ato, declaram não utilizar e não possuir em toda a sua cadeia produtiva, direta ou indiretamente, trabalho escravo, em condições degradantes, trabalhadores submetidos ou forçados a condições ilegais de domínio do empregador, trabalho por menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, conforme estabelecido no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, bem como não permitir qualquer tipo de discriminação e respeitar a liberdade de associação, sob pena de rescisão deste instrumento, de pleno direito, submetendo-se, em caso de infração desta cláusula, ao ressarcimento das perdas e danos causados, pagamento de multa contratual e às penalidades previstas em lei.

18.13 Todos os Tributos ou encargos, derivados do CONTRATO, deverão ser recolhidos pelo seu contribuinte ou respectivo responsável tributário conforme disposto na legislação aplicável, comprometendo-se ainda a PARTE responsável pelo pagamento do tributo a manter a outra PARTE livre e isenta de quaisquer responsabilidades,

demandas e ações de qualquer natureza em relação a qualquer tributo. 19.14 Caso haja instituição, alteração, extinção, compensação, substituição ou redução de tributos e/ou alíquotas que decorram de alterações na legislação aplicável, incluindo, mas não se limitando, aos efeitos de eventual reforma tributária nas esferas Federal, Estadual e/ou Municipal, e que comprovadamente impactem no VALOR GLOBAL do CONTRATO ou em seu equilíbrio econômico financeiro, as PARTES poderão realizar a revisão nos preços e condições originalmente pactuadas, a fim de adequá-los às modificações havidas, como forma de reestabelecimento do equilíbrio contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

19.1. Uma controvérsia se inicia com a Notificação de Controvérsia de uma PARTE à outra.

19.2. Caso ocorram controvérsias relativas e/ou decorrentes do CONTRATO, as PARTES se comprometem buscar a solução da controvérsia amigavelmente, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados do encaminhamento pela parte interessada à outra PARTE de “Notificação de Controvérsia”.

19.3. Na hipótese de a causa da controvérsia possuir prazo próprio de solução, previsto em outra cláusula do CONTRATO, deverá ser respeitado o prazo naquela estipulada, para solução da controvérsia.

19.4. Não sendo possível a solução da controvérsia, nos termos acima, quaisquer das PARTES poderão tomar as medidas que entender cabíveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - FORO E ASSINATURA ELETRÔNICA

20.1. As PARTES elegem o Foro da Comarca de Campinas/SP para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do CONTRATO, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, especial ou de exceção.

20.2. Na hipótese de propositura de medidas judiciais visando exigir o cumprimento de qualquer disposição do CONTRATO, a PARTE vencedora fará jus ao reembolso de custas e despesas processuais comprovadamente despendidas.

20.3. As PARTES desde já acordam, que o presente CONTRATO, bem como os demais documentos que dele façam parte, sejam assinados eletronicamente, nos termos do artigo 10º da Medida Provisória 2.200-2 de 24 de agosto de 2001 e demais legislações que tratam sobre o assunto.

20.3.1. Considerar-se-á como a data de assinatura a data em que a última PARTE assinar eletronicamente o CONTRATO.

[ASSINATURA NA PÁGINA SEGUINTE]

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes celebram o presente Contrato em uma via eletrônica, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Campinas, 28 de março de 2024.

PELA CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

PELA ASCENTY DATA CENTERS E TELECOMUNICACOES S/A:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ANEXO I – CONDIÇÕES CONTRATUAIS ESPECÍFICAS

Vendedor	CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.
CNPJ/MF	04.973.790/0001-42
Inscrição Estadual	244.925.224.119
Endereço	RUA JORGE DE FIGUEIREDO CORREA, 1632, JD. PROFESSORA TARCILIA, CAMPINAS - 13.087-397
Comprador	ASCENTY DATA CENTERS E TELECOMUNICACOES S/A
CNPJ/MF	13.743.550/0001-42
Inscrição Estadual	714.138.450.118
Endereço	AVENIDA JOÃO BATISTA NUNES, 50, DISTRITO INDUSTRIAL BENEDITO STORANI, VINHEDO/SP - 13.288-162

UNIDADES CONSUMIDORAS					
Unidade Consumidora	Razão Social	ASCENTY DATA CENTERS E TELECOMUNICACOES S/A			
	CNPJ	13.743.550/0001-42			
	Inscrição Estadual	714.138.450.118			
	Volume	5.600			
CONDIÇÕES COMERCIAIS DA OPERAÇÃO					
Ano de Referência	Ano 2014				
Fonte	Eólica				
Quantidade de Créditos	Data do Início	Data do Término	Quantidade	Tipo de Certificado (Standard)	Fonte
	01/01/2023	31/12/2023	5.600	CDM	Eólica

Preço Contratual	Ano de Referência	Preço por Crédito	Data Base	Indexador
	2024	R\$ 12,40	01/02/2024	IPCA
Projeto	Fase Monitoramento/Verificação	Início		Fim
		01/01/2013		31/12/2019
	Encerramento Período Creditício	01/01/2013		31/12/2019
Nota de Débito	A nota de débito será emitida pela sociedade empresária SPE MACACOS ENERGIA S.A. (CNPJ nº 07.091.059/0001-81)			
Data de Pagamento	A Nota de Débito emitida pela Vendedora à Compradora deverá ser quitada em até 10 (dez) dias corridos após a sua emissão.			
Valor do Contrato	R\$ 69.440,00 (sessenta e nove mil, quatrocentos e quarenta reais).			

ANEXO II – LINK DOS PROJETOS

ID	CDM/VCS	Fonte	Link - ONU	Project
7725	CDM	Wind	https://cdm.unfccc.int/Projects/DB/RWTUV1350295556.09/view	Morro dos Ventos
6350	CDM	Wind	https://cdm.unfccc.int/Projects/DB/RWTUV1338929570.88/view?cp=1	Macacos, Juremas
3897	CDM	PCH	https://cdm.unfccc.int/Projects/DB/RINA1280826819.25/view	Barra da Paciência
3895	CDM	PCH	https://cdm.unfccc.int/Projects/DB/RINA1280817733.62/view	Arvoredo e Vargínia
7858	CDM	PCH	https://cdm.unfccc.int/Projects/DB/RWTUV1351078747.02/view?cp=1	Salto Goes
5495	CDM	Wind	https://cdm.unfccc.int/Projects/DB/DNV-CUK1323673826.62	Santa Clara e EURUS
7802	CDM	Wind	https://cdm.unfccc.int/Projects/DB/DNV-CUK1350648977.35/CP/ME30WHNR1TRC93KQ2JH5RFNC5RWE6I/view	Campo dos Ventos II
773	CDM	HPP	https://cdm.unfccc.int/Projects/DB/DNV-CUK1163591697.79	Ceran's Monte Carlo
1829	CDM	HPP	https://cdm.unfccc.int/Projects/DB/SGS-UKL1209121131.35/view?cp=1	Ceran's 14 de Julho
10	VCS	HPP	https://registry.terra.org/app/projectDetail/VCS/10	Baesa
896	VCS	HPP	https://registry.terra.org/app/projectDetail/VCS/896	Foz do Chapecó

ANEXO III – CANAIS DE COMUNICAÇÃO

1. Identificação da VENDEDORA	CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.	
	RUA JORGE DE FIGUEIREDO CORREA, Nº 1632, BAIRRO JARDIM PROFESSORA TARCILIA, CIDADE DE CAMPINAS, ESTADO DE SÃO PAULO, CEP: 13.087-397	
	Fone:	19 3795 3900
	Fone:	19 3756 6044
	E-mail para Faturamento:	faturamentocl@cpfl.com.br
	E-mail para Contratos:	brcontratos@cpfl.com.br
	E-mail do Consultor Responsável:	rb@cpfl.com.br
2. Identificação na COMPRADORA	Razão Social:	ASCENTY DATA CENTERS E TELECOMUNICACOES S/A
	CNPJ:	13.743.550/0001-42
	Inscrição Estadual:	714.138.450.118
INFORMAÇÕES PARA TRÂMITES DE CONTRATOS		
3. Contato (s) para envio de Documentos físicos	Endereço para envio de correspondência:	Av. Joao Batista Nunes, 50 - Distrito Ind. Vinhedo - CEP 13288-162
	Pessoa contato:	Fabio Trimarco
	E-mail:	fabio.trimarco@ascenty.com
	Fone:	(19) 99608-6121